

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 136ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 29 de junho de 2016.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Virgílio Nelson da Silva Carvalho, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNTur; Hélio Francisco de Miranda, Secretário-Executivo do CODEFAT; Leonardo Jose Arantes, Conselheiro Titular Representante do MTb; William Baghdassarian, Conselheiro Titular Representante do MF; Benedito Adalberto Brunca, Conselheiro Titular Representante do MPS; Luiz Carlos Galvão de Melo, Conselheiro Suplente Representante do BNDES; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; Geraldo Ramthun, Conselheiro Titular Representante da NCST; José Avelino Pereira, Conselheiro Titular Representante da CSB; Luigi Nese, Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços; e, Thiago Luiz Ticchetti, Conselheiro Suplente Representante da CNT. **Convidados:** Álvaro Gomes, Presidente do Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – FONSET, Ricardo Leite, Consultor Jurídico da CONJUR/MTb e Lúcia Helena Pigossi Neves, Coordenadora-Geral de Assuntos de Direito Trabalhista da CONJUR/MTb.

1 Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezesseis, no Edifício-Sede do Ministério do
2 Trabalho – MTb, teve início a Centésima Trigésima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo
3 do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, sob a direção do Presidente e Conselheiro Titular
4 Representante da CNTur, Sr. Virgílio Nelson da Silva Carvalho. **I – ABERTURA:** O Presidente
5 cumprimentou os presentes e desejou boas vindas ao novo Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr.
6 Hélio Francisco de Miranda, e aos Conselheiros do MTb (Sr. Leonardo Jose Arantes), da CSB (Sr. José
7 Avelino Pereira), e do BNDES (Sr. Luiz Carlos Galvão de Melo). Agradeceu também a participação do
8 Consultor Jurídico do MTb, Sr. Ricardo Leite, tendo ressaltado que os Representantes da CONJUR
9 acompanhariam toda a reunião. Na sequência, passou a palavra ao Ministro de Estado de Trabalho, Sr.
10 Ronaldo Nogueira, que cumprimentou a todos os presentes, em especial o Presidente do CODEFAT. O
11 Ministro afirmou que estava honrado em participar da reunião de um Conselho tão importante para o
12 País, destacando que reconhecia a presteza com a qual os Conselheiros conduziam os trabalhos,
13 principalmente, no que se referia à preservação da natureza do Fundo e seus objetivos. Nesse sentido,
14 asseverou que o CODEFAT podia contar com o apoio do Ministério do Trabalho para dar continuidade
15 e aprimorar as ações promovidas pelo Colegiado. Ressaltou sobre a importância da isonomia de
16 tratamento do tripé fundamental (empresas, emprego e renda), para que não houvesse abismo entre o
17 desenvolvimento econômico e social. Assinalou que o salário não deveria ser encarado como despesa, e

18 sim, investimento, uma vez que o trabalhador era potencial consumidor e movia a economia. Diante
19 disso, incentivou que as Políticas Públicas sustentadas pelo FAT fossem direcionadas, principalmente,
20 para a promoção do desenvolvimento e o aumento da capacidade de ganho do trabalhador.
21 Complementou, ponderando que os recursos direcionados aos microempreendedores deveriam ser
22 melhor distribuídos, tendo destacado que por vezes a disponibilização de grande aporte de recursos a
23 empreendimentos únicos não traziam os mesmos resultados de quando havia uma capilaridade maior
24 de distribuição dos recursos. Ressaltou que a expectativa econômica era positiva e acreditava que o
25 CODEFAT tinha papel fundamental no crescimento do País. Registrou que, pelo menos uma vez por
26 mês, poderia receber em seu Gabinete de dois a três Conselheiros, acrescentando que seria uma boa
27 oportunidade para trocarem conhecimentos e receber sugestões. Finalizou, informando que não poderia
28 permanecer até o final da reunião, pois tinha outro compromisso às 11h, contudo agradeceu ao
29 Presidente, bem como aos demais Conselheiros, pela oportunidade. O Presidente passou a palavra aos
30 Conselheiros para manifestação. O Conselheiro Titular Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé
31 Pegado do Nascimento, ressaltou a importância do CODEFAT, uma vez que esse dava condições aos
32 trabalhadores de acessar os benefícios constitucionais, a exemplo do Abono Salarial e Seguro-
33 Desemprego. Além disso, observou que o Fundo também criava Políticas de Geração de Emprego e
34 Renda, criando oportunidades para que o setor produtivo enfrentasse as crises econômicas. Destacou
35 que a responsabilidade assumida pelos Conselheiros era grande, já que cada um respondia por atos
36 praticados no CODEFAT por até 5 (cinco) anos após sua saída. Contudo, observou que nunca houve
37 qualquer tipo de acusação ou irregularidade, asseverando que o CODEFAT era um Conselho exemplar.
38 Por fim, parabenizou o Ministro pela sua gestão, tendo desejado sucesso. O Conselheiro Titular
39 Representante da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, cumprimentou a todos os presentes e, em
40 especial, ao Ministro do Trabalho. Observou que embora o CODEFAT enfrentasse diversos desafios,
41 ainda exercia relevante papel na vida dos trabalhadores com importante alcance social, principalmente,
42 nesse período de crescente aumento do índice de desemprego no Brasil. Lembrou, ainda, sobre as
43 recentes mudanças na legislação do Seguro-Desemprego que atingiram inúmeras famílias de
44 trabalhadores, deixando claro que a Bancada dos Trabalhadores havia sido contrária a tais alterações.
45 Manifestou sua preocupação no que se referia a elevação da taxa de Desvinculação de Receitas da
46 União – DRU, que sairia de 20% para 30%, pois pressionaria as contas do FAT negativamente,
47 principalmente, em relação à intermediação de mão de obra e a qualificação profissional. O
48 Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços, Sr. Luigi Nese, ponderou que o CODEFAT
49 deveria ser tomado como referência para outros Conselhos, pois atuava de modo tripartite, com
50 posicionamentos equilibrados, sempre buscando o consenso. Declarou que a preocupação dos

51 Conselheiros era zelar pelo patrimônio do FAT, ressaltando que no momento a situação econômica não
52 era favorável e refletia no Fundo. O Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino Marques
53 Severo, destacou a importância tanto do CODEFAT, como da equipe técnica do Ministério do Trabalho
54 que prestava todo o suporte ao Conselho. Afirmou que se tratava de uma equipe extremamente
55 competente e cuidadosa que dava total segurança aos Conselheiros nas suas deliberações. Registrou
56 que desejava continuar com essa equipe técnica, pois era esse assessoramento que fornecia a
57 sustentação e o resguardo necessários para as tomadas de decisões dos Conselheiros. Em seguida,
58 passou a discorrer a respeito da proposta da CUT, de ampliação de duas parcelas do seguro-
59 desemprego, destacando que o assunto deixou de constar da pauta da presente reunião sob a
60 justificativa de que não houve tempo hábil para sua análise, não obstante ter sido encaminhada dentro
61 do prazo regimental. Sendo assim, solicitou que o assunto em referência fosse pautado na próxima
62 reunião do CODEFAT. O Conselheiro Titular Representante da NCST, Sr. Geraldo Ramthun,
63 enfatizou a importância de se evitar mudanças na gestão da equipe responsável pelo assessoramento ao
64 Conselho, de modo que não desestruturasse uma equipe tão competente. Com relação ao calendário do
65 abono salarial, lembrou que ao final do exercício anterior o governo havia justificado que à época não
66 teria recursos suficientes para efetuar o pagamento do benefício em único exercício, portanto tendo o
67 pagamento sido efetuado em 2015 e 2016. Observou que, para a presente reunião, constava em pauta
68 novamente a divisão do calendário de pagamento do abono salarial em dois exercícios (2016 e 2017).
69 Ressaltou que o antecessor do atual Ministro do Trabalho havia se comprometido com o CODEFAT
70 em apresentar os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS assim que estivesse fechada,
71 visando subsidiar o Conselho na discussão de um novo calendário, solicitando ao Ministro atenção
72 especial sobre o assunto. O Representante do FONSET, Sr. Álvaro Gomes, reforçou ao Ministro
73 quanto à necessidade de viabilizar o Projeto de Lei de reestruturação do SINE, que tinha como questão
74 central a transferência de recursos na modalidade fundo a fundo. Destacou que um dos principais
75 problemas enfrentados pela Rede SINE era a questão relacionada aos convênios, solicitando em nome
76 do FONSET e FONSEMT que o tema fosse tratado com prioridade pelo MTb. O Conselheiro Titular
77 Representante da CSB, Sr. José Avelino Pereira, cumprimentou a todos e desejou boas vindas ao
78 Ministro, ressaltando que também era sua primeira participação no CODEFAT como Representante da
79 Central dos Sindicatos Brasileiros – CSB. O Consultor Jurídico do MTb, Sr. Ricardo Leite, registrou
80 que era uma satisfação poder contribuir com os Conselheiros, proporcionando-lhes a segurança jurídica
81 necessária para tomada de decisões, visando garantir que os atos emanados pelo Conselho tivessem sua
82 legalidade assegurada. O Conselheiro Titular Representante do MTb, Sr. Leonardo Jose Arantes,
83 afirmou que estava atento a situação relacionada as mudanças na equipe que assessorava o Conselho.

84 Asseverou que entendia a importância de preservar essa equipe, declarando que tentaria mantê-los da
85 melhor forma possível, sendo essa inclusive uma solicitação do próprio Ministro. Em seguida, o
86 Presidente passou ao subtópico **Relato, pelo Secretário-Executivo do CODEFAT, sobre a 132ª**
87 **Reunião Ordinária do GTFAT e a 25ª Reunião Extraordinária do GTFAT, realizadas em 25 de**
88 **maio e 22 de junho de 2016, respectivamente.** O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Hélio
89 Francisco de Miranda, saudou os presentes e passou a apresentar as principais considerações ocorridas
90 na 132ª RO-GTFAT, conforme a seguir: **i) Proposta de Resolução que disciplina o pagamento do**
91 **Abono Salarial referente ao exercício de 2016/2017** – em complemento à apresentação efetuada pelo
92 MTb, o Representante do MF esclareceu, que a situação econômica do país era delicada e que quando
93 da aprovação da Lei Orçamentária Anual o pagamento do Abono Salarial foi previsto de forma
94 fracionada entre os exercícios de 2016 e 2017, razão pela qual solicitou a aprovação da minuta de
95 resolução conforme apresentado, afirmando que era o possível de realizar no momento. Afirmou que
96 não houve questionamentos e o item foi aprovado para ser encaminhado à deliberação do Conselho; **ii)**
97 **Proposta de Resolução que institucionaliza diretrizes básicas para a padronização da Rede de**
98 **Atendimento do SINE** – a Técnica do SINE sugeriu alteração no art. 4º, de: “Os vídeos institucionais
99 deverão ser transmitidos nas salas de espera (...)” por “Os vídeos institucionais deverão ser exibidos nas
100 salas de espera (...)”. Também sugerindo incluir artigo prevendo a utilização da marca do FAT. Em
101 seguida, o Representante do MF, com apoio dos demais Representantes, entendeu que o artigo 3º
102 deveria ser reformulado no tocante ao prazo para adaptação dos postos de pequeno porte, em relação ao
103 Manual de Gestão do SINE, tendo a Técnica do SINE esclarecido que o prazo previsto não fazia
104 referência a adequações estruturais, mas às de natureza dos serviços. Na sequência, o Representante da
105 CTB ressaltou a importância de haver qualificação ao atendimento prestado nos Postos do SINE, de
106 forma a estabelecer um padrão de atendimento. A Técnica do SINE esclareceu que havia uma parceria
107 com o DIEESE para contemplar cursos de qualificação aos gestores do SINE, voltado aos Conselheiros
108 Municipais, Estaduais, trabalhadores dos SINES e trabalhadores das regionais. O item foi aprovado
109 para encaminhamento à deliberação do Conselho, com alteração na redação conforme proposto; **iii)**
110 **Proposta de Resolução que altera o Regimento Interno do CODEFAT** – o Representante do MF
111 solicitou que fossem realizadas as seguintes alterações: a) no § 3º do artigo 2º, acrescer a informação
112 “para complementar mandato”; b) no § 2º do artigo 12, retirar a informação “disponibilizadas no portal
113 FAT”; e, c) adequar a redação do § 2º do artigo 13, de forma a não impor à CONJUR a obrigação da
114 análise dos atos. Em seguida, o item foi aprovado para encaminhamento à deliberação do Conselho,
115 considerando os ajustes solicitados. Na sequência, passou a apresentar as principais considerações
116 ocorridas na 25ª RE-GTFAT, conforme a seguir: **i) Prestação de Contas do Fundo de Amparo ao**

117 **Trabalhador – FAT, exercício 2015** – o Representante do MF sugeriu nova redação aos Despachos
118 das Prestações de Contas do FAT e do FUNPROGER, por entender que não cabia ao GTFAT
119 recomendar aprovação das contas e sim dizer se essas se encontravam aptas à deliberação do
120 CODEFAT. Todas as dúvidas foram sanadas e a proposta foi acatada para encaminhamento ao
121 CODEFAT, tendo a Representante da FENASEG justificado a ausência de sua assinatura no Despacho,
122 por ser sua primeira participação no GT; **ii) Prestação de Contas do Fundo de Aval para Geração de**
123 **Emprego e Renda – FUNPROGER, exercício 2015** – não houve questionamentos e o item foi
124 aprovado para encaminhamento ao CODEFAT; **iii) Proposta de Resolução que aprova a Proposta**
125 **Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o exercício de 2017** – o Conselheiro
126 da CNS-Serviços no CODEFAT tendo em vista o indicativo de possível necessidade de aporte
127 adicional de recursos para fazer frente à proposta orçamentária do FAT para 2017 ou de uso do
128 patrimônio do Fundo, solicitou que o BNDES apresentasse informações sobre os prazos disponíveis
129 para devolução de recursos de Depósitos Especiais ao FAT no caso de eventual necessidade, sugerindo
130 a presença do Presidente do BNDES em reunião do CODEFAT para esclarecimentos ao Conselho.
131 Além disso, solicitou: a) estudo a respeito do seguro defeso, de forma a verificar a possibilidade de o
132 pagamento do benefício ser efetuado por outra fonte de recursos que não o FAT; e, b) verificar a
133 possibilidade de que o reajuste do Abono Salarial fosse baseado no ajuste da inflação e não pelo ajuste
134 do salário mínimo. O Representante da CUT solicitou elaboração de Nota Técnica sobre a
135 possibilidade de, em 2017, se efetuar o pagamento do Abono Salarial em único exercício ou,
136 alternativamente, que o calendário recuasse, a cada ano, dois meses, de modo que ao final de 3 anos o
137 calendário de pagamento do Abono Salarial voltasse a ser em único exercício. Sugeriu, ainda, que os
138 R\$300 milhões propostos à ação Qualificação Profissional fossem transferidos para o SINE, devendo
139 conter uma justificativa consubstanciada e endereçada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e
140 Gestão – MPOG, a fim de maximizar a possibilidade de que o MPOG defira o pedido. Em seguida, o
141 Coordenador do GTFAT sugeriu elaboração de Nota Técnica que detalhasse os valores do SINE e da
142 Qualificação Profissional para dar conhecimento ao MPOG. Todas as dúvidas foram esclarecidas e a
143 proposta foi acatada para encaminhamento ao CODEFAT; **iv) Revisão da Proposta de Resolução que**
144 **institucionaliza diretrizes básicas para a padronização da Rede de Atendimento do SINE,**
145 **considerando Parecer da CONJUR** – o Consultor Jurídico/MTb esclareceu que a posição da
146 CONJUR ao CODEFAT, de que o Conselho regulamentasse as questões operacionais do SINE e de
147 que o Ministro regulamentasse os aspectos da estrutura, tinha força de opinião não vinculante, devendo
148 a matéria ser decidida pelo Conselho, não havendo problema se o Conselho deliberasse em sentido
149 contrário à posição da CONJUR, não existindo ilegalidade nisso. Já o Coordenador do GTFAT,

150 afirmou que se essa agenda fosse legitimada pelo CODEFAT haveria o fortalecimento do Ministério e
151 do próprio Ministro do Trabalho. Registrou que antes da próxima reunião do Conselho discutiria o
152 assunto com o Secretário da SPPE e com a CONJUR, a fim de buscar um diálogo com o Ministro para
153 que se adotasse a melhor ação ao caso em tela. Na sequência, o item foi aprovado para
154 encaminhamento ao CODEFAT. Prosseguindo, o Presidente passou ao **tópico II – APROVAÇÃO DE**
155 **ATA: ITEM 1 – Ata da 135ª Reunião Ordinária e da 66ª Reunião Extraordinária, realizadas em**
156 **9 de março e 9 de maio de 2016, respectivamente.** Os Conselheiros da NCST, Força Sindical e CSB
157 solicitaram que constasse na respectiva ata registro de que essas centrais sindicais não estiveram
158 presentes à 66ª RE-CODEFAT, tendo sido explicado que não seria necessário fazer tal registro já que
159 seus nomes não constaram da ata daquela reunião. O Presidente indagou se havia mais alguma
160 manifestação, em não havendo, declarou aprovadas as atas em referência. Em seguida, passou ao
161 **tópico III – ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 – Termos de Alocação de Depósito**
162 **Especial do FAT – TADE e Termos Aditivos – TA aos TADE, realizados no período de março a**
163 **junho de 2016.** O Secretário-Executivo do CODEFAT relatou que no período em referência foi
164 celebrado 1 (um) TADE – Proger Urbano – Capital de Giro com o Banco do Brasil no valor de R\$1,4
165 bilhão e 2 (dois) Termos Aditivos, no montante de R\$630 milhões, assim distribuídos: i) BB - FAT
166 Taxista: R\$140 milhões; e, ii) BB – Proger Urbano Investimento: R\$490,0 milhões. O Presidente
167 indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, declarou aprovado o Item em referência. Em
168 seguida, passou ao **ITEM 3 – Prestação de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT,**
169 **exercício 2015.** O Secretário-Executivo do CODEFAT pediu um aparte para apresentar, inicialmente,
170 os principais resultados da prestação de contas, ressaltando o decréscimo de 7,04% nas receitas do
171 Fundo, que saiu de R\$70,11 bilhões para R\$65,17 bilhões, com os seguintes destaques: i) redução de
172 2,32% nas receitas do PIS/PASEP; e, ii) redução de 38,72% de recursos provenientes do Tesouro
173 Nacional. Registrou que houve queda de 5,8% nas obrigações do FAT, que saiu de R\$ 69,26 bilhões
174 para R\$ 67,74 bilhões. Finalizando, destacou o crescimento do patrimônio do Fundo em 11,55%, que
175 saiu de R\$ 232,4 bilhões para R\$259,2 bilhões. Na sequência, o Presidente passou a palavra ao Titular
176 da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT, para apresentação do item. O Coordenador-
177 Geral da CGFAT, Sr. Quênio Cerqueira de França, informou que o relatório de gestão do Fundo
178 obedecia a normas do Tribunal de Contas da União – TCU, sendo que a maior parte das ações de
179 execução orçamentária ocorria de forma descentralizada e que a gestão financeira era realizada pelas
180 unidades gestoras do Ministério do Trabalho – MTb. Asseverou que em 2015 os recursos do FAT
181 foram alocados em 3 (três) Programas, a saber: i) Operações Especiais: Financiamentos com Retorno –
182 empenho de R\$17 bilhões; ii) Trabalho, Emprego e Renda – empenho de R\$48,4 bilhões; e, iii) Gestão

183 e Manutenção do Ministério do Trabalho – empenho de R\$264 milhões. Apresentou, em detalhes, o
184 resultado das ações do Programa Trabalho, Emprego e Renda, com destaque para a Ação Abono
185 Salarial que em 2015 apresentou empenho de R\$9 bilhões, registrando queda de R\$6,87 bilhões se
186 comparado a 2014. Justificou que esse decréscimo foi motivado pela alteração do calendário de
187 pagamento do benefício do abono salarial. Informou os valores empenhados para a Ação Seguro
188 Desemprego, por plano orçamentário, a saber: i) Formal: R\$35,1 bilhões; ii) Pescador Artesanal: R\$2,6
189 bilhões; iii) Doméstico: R\$47,6 milhões; iv) Resgatado: R\$2 milhões; v) Bolsa Qualificação: R\$148
190 milhões; e, vi) Programa de Proteção ao Emprego: R\$53 milhões. Chamou atenção para as rubricas
191 Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores e Certificação de Instituições e de Trabalhadores,
192 ambas associadas à Qualificação Profissional, para informar os três motivos que levaram à não
193 execução orçamentária das referidas rubricas, em 2015: i) passivo de prestações de contas de exercícios
194 anteriores que estavam em análise pelo Ministério, em atendimento aos órgãos de controle; ii) parte da
195 qualificação foi realizada pelo Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional de Acesso ao
196 Ensino Técnico e Emprego – Pronatec; e, iii) entidades não foram habilitadas para celebrar convênios.
197 Referente às ações do Programa Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho, apresentou o
198 percentual de execução, conforme a seguir: i) Administração da Unidade: 93,5%; ii) Publicidade de
199 Utilidade Pública: 100%; e, iii) Funcionamento das Unidades Descentralizadas: 90,3%. Listou as
200 unidades do MTb que executaram recursos do Fundo em 2015 e os valores em empenhos emitidos,
201 conforme a saber: i) Secretaria de Políticas Públicas de Emprego: R\$77 milhões; ii) Coordenação-Geral
202 de Recursos do FAT: R\$65,2 bilhões; iii) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos: R\$269 milhões;
203 iv) Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego: R\$152 milhões; e, v) outras unidades: R\$7
204 milhões. Dando continuidade, passou a abordar a execução extraorçamentária do FAT, ponderando que
205 contemplava basicamente a ação de execução de aplicação do Fundo em depósitos especiais para a
206 geração de trabalho, emprego e renda. Afirmou que no exercício de 2015 o Conselho aprovou R\$3,7
207 bilhões para aplicação em depósitos especiais, desse montante executado 88,38%, passando a
208 apresentar a execução percentual por programas e linhas de crédito, conforme a seguir: i) FAT –
209 Fomentar - MPE: 100%; ii) Proger Urbano – Investimento: 81,31%; iii) Proger Exportação – MPE:
210 100%; iv) FAT – PNMPO: 18,75%; v) FAT – INOVACRED: 0%; vi) PRONAF - Investimento: 100%;
211 e, vii) FAT – Taxista: 100%. Apresentou as metas realizadas até 2015 do Plano Plurianual 2012-2015,
212 vinculadas aos recursos do FAT, na forma a seguir: i) Objetivo 0287 – Consolidar o Sistema Público de
213 Emprego, Trabalho e Renda: a) ampliar para 80% a taxa de cobertura do seguro-desemprego sobre os
214 demitidos sem justa causa – meta realizada de 71,79%; b) ampliar para 97% a taxa de cobertura do
215 Abono Salarial – meta realizada 95,21%. Enfatizou que o prazo para pagamento do benefício do Abono

216 Salarial, em 2016, era até 30 de junho do presente e que os Conselheiros devem ter acompanhado as
217 campanhas realizadas a fim de que a população efetuasse o resgate do benefício; ii) Objetivo 0289 –
218 Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda: a) atingir o número de 4
219 milhões de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do Proger – meta realizada
220 de 5.334.346 milhões. Explicou que a meta foi ultrapassada em decorrência da mudança da política do
221 FAT para as linhas de investimento, com foco nas micro e pequenas empresas. Apontou queda das
222 despesas com o pagamento do benefício do Abono Salarial, motivada pela alteração do calendário de
223 pagamento, tendo passado de R\$15,9 bilhões, em 2014, para R\$10,1 bilhões, em 2015, com cobertura
224 de 11,4 milhões de beneficiários. Registrou elevação das despesas com o pagamento do benefício do
225 Seguro-Desemprego, que totalizou R\$38,1 bilhões, e pequena redução no número de beneficiários
226 atingidos: 8,4 milhões. Passou a discorrer sobre as receitas do FAT/2015, destacando como principal a
227 fonte 140 – contribuição PIS/PASEP. Registrou que essa fonte de receita até 2015 sofria dedução pela
228 Desvinculação de Receitas da União – DRU, no percentual de 20%, mas que havia discussão para que
229 o percentual aumentasse para 30%. Citou, ainda, como fonte importante de receitas do FAT as
230 provenientes do Tesouro Nacional, esclarecendo que nos últimos anos as receitas da arrecadação do
231 PIS/PASEP conjugadas com suas receitas financeiras não foram suficientes para promover o
232 pagamento das obrigações do Fundo, necessitando, assim, de aportes do Tesouro Nacional, os quais
233 atingiram, em 2015, R\$7 bilhões. Também citou como fonte de receita expressiva a proveniente da
234 fonte 180 – recursos financeiros diretamente arrecadados pelo FAT, atingindo, em 2015, R\$14 bilhões.
235 Informou que essa fonte contemplava a remuneração do Fundo Extramercado, os Depósitos Especiais e
236 a remuneração semestral do BNDES ao FAT. Destacou que a soma de todas as fontes de receitas do
237 FAT, em 2015, totalizaram a receita de R\$65 bilhões. Abordou sobre o índice de variação do
238 patrimônio do Fundo, por especificação, conforme a seguir: i) empréstimo ao BNDES: R\$205 bilhões
239 (crescimento de 15% em relação a 2014); ii) Depósitos Especiais: R\$21 bilhões (decréscimo de
240 12,32%); iii) aplicações financeiras no BB Extramercado: R\$32 bilhões (crescimento de 8,85%); e, iv)
241 valores imobilizados ou em caixa: R\$255 milhões (queda de 2,69% motivada pela desvalorização dos
242 patrimônios adquiridos). Registrou o saldo do patrimônio do FAT em R\$259,2 bilhões, até 31 de
243 dezembro de 2015. Assinalou a distribuição percentual dos recursos ordinários do FAT por setor de
244 atividade, conforme a seguir: i) infraestrutura: 47%; ii) comércio e serviços: 30%; iii) indústria de
245 transformação: 19%; iv) indústria extrativa: 3%; e, v) agropecuária e pesca: 1%. Apresentou os
246 desembolsos do FAT Constitucional, desde 2012, destacando que no exercício de 2015 a soma do FAT
247 cambial com o FAT TJLP totalizou desembolsos da ordem de R\$46,6 bilhões. Informou que esse
248 resultado gerou 793 mil empregos. Comentou sobre a estrutura humana da CGFAT, a qual contava

249 com 19 colaboradores e necessitava de um sistema informatizado capaz de promover com mais
250 segurança e qualidade o controle da movimentação financeira e do patrimônio do Fundo. Registrou que
251 as Prestações de Contas do FAT, até o exercício de 2013, estavam aprovadas pelo TCU, na condição de
252 regulares com quitação plena aos responsáveis, acrescentando que a Prestação de Contas do exercício
253 de 2014 encontrava-se em análise no mencionado Tribunal. Apontou que havia 7 (sete) acórdãos no
254 TCU, sendo 2 (dois) considerados pendentes, 4 concluídos e 1 suspenso pelo Tribunal. Sobre os
255 acórdãos considerados pendentes, ambos relativos à Contribuição Sindical, complementou que o
256 Ministério criou um grupo de trabalho para tratar da questão e que o resultado apontou a necessidade
257 de elaboração de um projeto de lei, tendo o MTb elaborado uma proposta de projeto de lei para
258 redefinir as responsabilidades acerca da contribuição sindical. O Coordenador-Geral da CGFAT
259 finalizou, propondo a aprovação da Prestação de Contas do FAT – 2015. O Presidente do CODEFAT
260 abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT considerou interessante que a
261 apresentação tivesse dados sobre o valor que cada Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
262 recebeu, a exemplo de apresentações anteriores sobre a matéria. Registrou crítica negativa ao fato de
263 não ter ocorrido aplicação orçamentária na Qualificação Profissional. Questionou se a apresentação das
264 receitas levou em consideração o percentual de 20% referente à cota parte da contribuição sindical,
265 destinada à conta emprego e salário, ou se já havia sido descontado os 10% destinados às centrais
266 sindicais. Referindo-se aos desembolsos do FAT Constitucional, considerou que era necessário
267 informar quantas vagas foram geradas por setor de atividade. Indagou, ainda, sobre a viabilidade de
268 estender por mais 10 ou 15 dias a data de encerramento de pagamento do benefício do abono salarial. O
269 Conselheiro Titular Representante da CUT, Sr. Quintino Marques Severo, declarou sentir-se satisfeito
270 com o resultado da PDE no tocante aos programas e linhas que executaram 100% da programação, mas
271 informou estar preocupado com o desempenho do FAT-INOVACRED e do FAT- PNMPO. Também
272 questionou se havia a incidência da DRU sobre a cota-parte da contribuição sindical. O Presidente do
273 CODEFAT afirmou que seria avaliada a possibilidade de extensão do prazo de pagamento do benefício
274 do abono salarial. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que no Relatório de Gestão do exercício
275 2015 constavam informações pormenorizadas sobre as Superintendências Regionais do Trabalho e
276 Emprego e que poderia incluí-las na apresentação. Sobre a quantidade de vagas geradas por setor de
277 atividade, declarou que não recordava se essa informação estava no Relatório, contudo, caso não
278 constasse, iria incluir, acrescentando que esses dados estariam no próximo Boletim de Informações
279 Financeiras do FAT, entregue nas reuniões. Explicou que todas as fontes de receitas, inclusive a cota-
280 parte da contribuição sindical, tiveram incidência de 20% da DRU, enfatizando que os valores
281 informados na apresentação estavam com dedução. O Conselheiro Titular Representante do MPS, Sr.

282 Benedito Adalberto Brunca, esclareceu que o valor de R\$5 milhões executados pela Coordenação-
283 Geral de Logística e Serviços Gerais do MPS não eram uma distorção da execução da política do FAT,
284 e que ocorreu devido à vigência da Medida Provisória 696/2015, que versou sobre a organização dos
285 ministérios, unindo o Ministério do Trabalho e Emprego ao Ministério da Previdência Social. O
286 Conselheiro da NCST questionou qual o número preliminar de trabalhadores que não resgataram o
287 benefício do Abono Salarial até aquele momento, solicitando que fosse feito um relatório, por unidade
288 da federação, contendo esses dados. Solicitou, ainda, mais informações sobre os acórdãos pendentes e o
289 projeto de lei. O Coordenador-Geral da CGFAT esclareceu que 2 (dois) milhões de beneficiários não
290 haviam sacado o benefício do Abono Salarial, segundo informações repassadas pela Caixa (dados de
291 maio de 2015), e que desse montante a expectativa do Banco era atingir mais 1,6 milhão de
292 beneficiários, com custo na ordem de R\$528 milhões. Explicou que o referido projeto de lei buscava
293 disciplinar as competências do Ministério, mas que em decorrência das mudanças de gestão seria
294 necessário avaliar se o projeto seria rediscutido. O Conselheiro da CUT solicitou que fosse dada
295 publicidade do projeto de lei aos Conselheiros. O Conselheiro da CNS-Serviços questionou por que os
296 recursos aprovados para o PNMPO não foram aplicados. Referiu-se ao Proger Urbano – Capital de
297 Giro, indagando por que houve demora para que o Banco do Brasil solicitasse recursos para a Linha.
298 Abordou, ainda, sobre o sistema informatizado para controle dos recursos do FAT pela CGFAT,
299 ressaltando que desde o período em que ocupou o cargo de Presidente do Conselho esse projeto já
300 estava em andamento, tendo o mesmo elaborado um relatório sobre o assunto e apresentado ao
301 Ministro da época. Sobre o assunto, solicitou que fosse apresentado o motivo da não conclusão do
302 sistema e informado ao Colegiado na próxima reunião. O Conselheiro do MTb observou que apesar do
303 pouco tempo em que estava na SPPE identificou que havia um problema de sistema de gestão em todas
304 as áreas. Solicitou ao Conselheiro da CNS-Serviços que encaminhasse o relatório, a fim de que a área
305 analisasse e deliberasse para uma solução do problema. O Coordenador-Geral da CGFAT informou que
306 a CGER prestaria mais esclarecimentos sobre os Programas supramencionados. No entanto, asseverou
307 que as alterações ocorridas na estrutura do Ministério acarretaram atraso de repasse de recursos para a
308 Linha Proger Urbano – Capital de Giro, tendo sido liberada a primeira parcela em 23 de junho presente.
309 Esclareceu que o TADE para a Linha foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas, que fixa
310 em 70% (R\$1,4 bilhão) do valor autorizado (R\$2 bilhões), com parcelas de R\$350 milhões, sendo que
311 a reavaliação da Linha deveria ocorrer no segundo semestre de 2016. O Presidente do CODEFAT
312 informou que o Presidente do SEBRAE, Sr. Guilherme Afif Domingos, havia solicitado que ele
313 acompanhasse o desenrolar da liberação de recursos para a Linha Proger Urbano – Capital de Giro.
314 Registrou a presença dos Srs. Alexandre Comin e João Silvério, ambos do SEBRAE, ponderando que

315 cada vez mais o Conselho se esforçava para destinar recursos aos micro e pequenos empresários e aos
316 microempreendedores individuais. O Representante do MTb demonstrou-se sensível ao assunto,
317 colocando-se à disposição para receber informações ou demandas antigas. A Coordenadora-Geral da
318 CGER, Sra. Lucilene Estevam Santana, declarou que a FINEP, em 2015, teve pendências relacionadas
319 à segregação de contas do FAT, e, além disso, a Financiadora não enviou o termo aditivo para
320 viabilizar o repasse de recursos para a Instituição. Orientou que na PDE/2016 o Programa FAT
321 INOVACRED, operado pela FINEP, não apresentou execução, e que na revisão da PDE/2016 foi
322 realocado recursos do FAT INOVACRED para o Proger Urbano – Capital de Giro, na ordem de R\$50
323 milhões. Destacou que a FINEP, atualmente, superou as dificuldades de segregação de contas e do
324 envio do termo aditivo, estando este em análise pela equipe técnica da CGER, presumindo que a partir
325 do próximo semestre haveria repasse de recursos à FINEP. No tocante ao PNMPO, registrou que o
326 Banco do Nordeste e a Caixa estavam impedidos de operar. Além disso, o BNDES passou a
327 operacionalizar o Programa em 2014, mas, no momento, só o Banco do Brasil executava o Programa.
328 Esclareceu que pelo fato de o Programa contar com várias fontes de recursos, a execução do PNMPO
329 com recursos do FAT – foi abaixo do programado. O Conselheiro da NCST questionou ao Presidente
330 se a solicitação do relatório contendo o número de trabalhadores que não haviam recebido o benefício
331 do Abono Salarial e o envio do projeto de lei ao Colegiado foi registrado, tendo o Presidente
332 asseverado que as demandas foram registradas e, além destas, estava em análise a possibilidade de
333 dilação do prazo de pagamento do Abono Salarial. O Presidente indagou se havia mais alguma
334 manifestação, em não havendo, considerou aprovada a Prestação de Contas do FAT, exercício 2015,
335 registrando a necessidade de assinatura dos Conselheiros presentes, na respectiva Resolução. Na
336 sequência, passou ao **ITEM 4 – Prestação de Contas do Fundo de Aval para Geração de Emprego**
337 **e Renda – FUNPROGER, exercício 2015.** O Assessor da CGFAT, Sr. Adilson Vasconcelos da Silva,
338 informou que a Prestação de Contas do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda –
339 FUNPROGER, havia sido elaborada em consonância com as Decisões e Instruções Normativas do
340 Tribunal de Contas da União – TCU e as orientações da Controladoria-Geral da União – CGU.
341 Observou que o Fundo possuía natureza contábil e havia sido instituído pela Lei nº 9.872/1999, sendo
342 regulamentado pela Resolução CODEFAT nº 409/2004. Esclareceu que o FUNPROGER tinha por
343 finalidade prestar garantia complementar nos financiamentos concedidos exclusivamente no Proger
344 Urbano Investimento e no PNMPO. Destacou que o Banco do Brasil atuava como Gestor do Fundo e
345 passou a citar os Agentes Financeiros atuantes, conforme a seguir: i) Banco do Brasil – BB; ii) Caixa
346 Econômica Federal; iii) Banco do Nordeste – BNB; e, iv) Banco da Amazônia – BASA. Na sequência,
347 relatou as principais regras do FUNPROGER: i) Garantia máxima – até 80% do valor financiado,

348 sendo de até 100% no caso das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP; ii)
349 Valor máximo garantido por mutuário – até R\$240 mil para empreendedores no âmbito do PROGER
350 Urbano, e até R\$800 mil para instituições no âmbito do PNMPO; iii) Assunção de risco pelo Fundo –
351 limitada a 11 vezes o seu patrimônio, ou seja, até R\$2,91 bilhões; e, iv) índice máximo de
352 inadimplência, ou *stop loss* – 7%, exceto para as linhas Novo Empreendedor, Jovem Empreendedor do
353 PROGER e linhas do PNMPO. Destacou que o Fundo iniciou as contratações a partir do ano 2000,
354 ressaltando que em 2006 apresentou os maiores resultados, garantindo 81.338 operações, seguido por
355 queda, que se acentuou entre 2010 e 2015, em virtude das Instituições Financeiras atingirem o *stop*
356 *loss*, não tendo assim condições de buscarem honras de aval. Na sequência, declarou que até o
357 exercício de 2015, o número de operações garantidas pelas instituições financeiras totalizava 574.435,
358 sendo que a distribuição entre os agentes financeiros apresentaram os seguintes valores: i) BB –
359 550.244 (95,79%); ii) BNB – 23.870 (4,16%); iii) Caixa Econômica – 248 (0,04%); e, iv) BASA – 73
360 (0,01%). Acrescentou, ainda, que quanto ao número de operações garantidas por linha de crédito, até
361 dezembro de 2015, o Fundo apresentou a seguinte distribuição: i) Micro e Pequenas Empresas –
362 261.547 (45,53%); ii) Empreendedor Popular – 158.813 (27,65%); iii) Professor – 109.876 (19,13%);
363 iv) Profissional Liberal – 23.937 (4,17%); v) Cooperativa – 15.756 (2,74%); vi) Turismo – 3.561
364 (0,62%); vii) Novo Empreendedor – 876 (0,15%); e, viii) Jovem Empreendedor – 69 (0,01%). Ainda
365 neste contexto, explicou que nesse mesmo período o Valor Garantido pelas instituições financeiras
366 somou a importância de R\$6,63 bilhões, tendo o Banco do Brasil garantido 98,55% deste total. Quanto
367 à distribuição do valor garantido por Linha de Crédito, destacou que 77,99% haviam sido destinados a
368 Micro e Pequenas Empresas, sendo o restante percentual dividido entre as demais Linhas de Crédito.
369 Explicou que desde 2011 o Fundo estava estagnado e que apresentava alta inadimplência e grande
370 dificuldade de recuperação de crédito. Apresentou um diagnóstico da situação do Fundo, conforme a
371 seguir: i) os créditos baixados em perdas geravam aumento da inadimplência e dificuldade de
372 recebimento; ii) Bancos no limite máximo de inadimplência; iii) dificuldade de recuperação de crédito
373 motivado pela impossibilidade de abatimento negocial e pelo longo prazo de inadimplência das
374 operações; iv) Agentes Financeiros impossibilitados de solicitar honra de aval por se encontrarem no
375 *stop loss*; e, v) Fundos similares mais atrativos e flexíveis, citando como exemplo o Fundo de Garantia
376 de Operações - FGO e o Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – FAMPE. Declarou que o
377 Fundo deixou de receber solicitação de aval, desde 2011, mesmo tendo margem operacional de R\$2,9
378 bilhões para garantia de operações de crédito. Em seguida, assinalou os principais indicadores do
379 Fundo, em valores acumulados até 2014: a) Indicador de Operações Honradas – 12,97%, tendo
380 honrado 74.516 operações do total de 574.435 operações avalizadas; e, b) Indicador de Crédito

381 Recuperado – 14,46%, referente à recuperação de R\$102,272 milhões do montante de R\$707,281
382 milhões honrados. Observou que o Fundo, em 2015, registrou receitas de R\$30,89 milhões, contra
383 R\$35,13 milhões, em 2014. Com relação às despesas, afirmou que encerrou o exercício com o total de
384 R\$27 mil, tratando-se apenas de despesas administrativas. Apresentou os grandes números do Fundo,
385 conforme a seguir: i) Resultado: R\$30,86 milhões; ii) Disponibilidade: R\$260 milhões; iii) Aporte de
386 recursos: R\$0,00; iv) Patrimônio do Fundo (ativo): R\$264,4 milhões; v) Patrimônio líquido: R\$264,1
387 milhões; vi) Valores honrados – saldo (Selic + 1% aa): R\$1,6 bilhões; vii) Alavancagem máxima (11
388 vezes o patrimônio): R\$2,9 bilhões; viii) comprometimento com aval (Selic + 1% aa): R\$11,2 milhões;
389 e, ix) Comprometimento/Alavancagem: 0,4%. Relatou que os órgãos de controle interno
390 recomendaram que fosse incluído no regimento do Funproger dispositivo que estabeleça a taxa de
391 administração do Gestor, e que o Banco do Brasil junto com o CODEFAT promovessem a reativação
392 do Fundo, com ênfase na redução da inadimplência das operações garantidas e melhoria na recuperação
393 de crédito, a fim de reverter sua estagnação. Sobre essas recomendações o Assessor da CGFAT
394 informou que foram adotadas como providências a aprovação da Resolução CODEFAT nº 741, de 10
395 de dezembro de 2014, que fixou a taxa de administração do Gestor em 12.09% sobre a CCA, com
396 vigência até 31 de dezembro de 2015. Ponderou que após essa data deveria ser estabelecido novo
397 regulamento do Fundo e nova taxa compatível com o mercado. Também foi elaborada a proposta de
398 recuperação de crédito com abatimento negocial como medida de providência, porém a Procuradoria-
399 Geral da Fazenda Nacional - PGFN/MF condicionou a proposta à aprovação de projeto de lei.
400 Esclareceu que os agentes encontravam dificuldades na recuperação de créditos em função da
401 impossibilidade de concessão de abatimento negocial e do longo prazo de inadimplência das operações.
402 Relatou que a Diretoria do BB, em reunião com a CGFAT, propôs a fusão dos Fundos FGO e
403 Funproger, apresentando como vantagens: a) ao Fundo: gestão centralizada com redução de custos,
404 eficiência na alocação de recursos, unicidade de procedimentos e políticas públicas, melhoria no
405 processo de recuperação de crédito por meio do abatimento negocial e cessão de crédito, aumento das
406 receitas do Fundo, regularização de empreendedores e melhoria no índice de inadimplência; b) ao
407 Governo e a sociedade: estímulo aos investimentos produtivos das empresas, expansão do crédito,
408 emprego e renda, fortalecimento da economia dos setores alvo; e, c) aos Agentes Financeiros: expansão
409 da carteira, redução de provisão PCLD, e, exigência de capital. Contudo, ponderou que para ser
410 possível a fusão seria necessário a elaboração de projeto de lei e, posteriormente, alterar a
411 regulamentação do Funproger. Registrou que o BNDES também apresentou uma proposta de criação
412 de fundo garantidor de microcrédito, que teria como vantagens: a) ao Fundo: criação de fundo
413 garantidor privado, administrado pelo BNDES, para atender e ampliar o microcrédito produtivo

414 orientado, garantia de 50% das perdas da carteira do agente repassador de 1º piso (agências de fomento,
415 instituições financeiras, cooperativas singulares, OSCIP e SCM), e *funding* FAT e BNDES; b) às
416 IMPO: teriam um instrumento de mitigação de risco e ampliação em escala do microcrédito; c) ao
417 Governo e a sociedade: inclusão financeira de pessoas físicas com enfoque produtivo e
418 desenvolvimento econômico, alinhamento à política governamental de erradicação da pobreza e
419 formalização do trabalho, emprego e renda, expansão do crédito, emprego e renda, e fortalecimento do
420 microcrédito; d) aos Agentes Financeiros: expansão da carteira e mitigação de riscos. Apontou que para
421 cumprir essa proposta seria necessário elaborar projeto de lei, criar um fundo garantidor privado,
422 *funding* FAT e BNDES e alteração do regulamento do Funproger. Por fim, informou que as Prestações
423 de Contas do Funproger, até o exercício de 2012, estavam aprovadas pelo TCU na condição de
424 regulares, dando-se quitação plena aos responsáveis, e referentes ao exercício de 2013 e 2014 houve
425 apenas o envio dos Relatórios de Gestão. O Assessor da CGFAT finalizou, propondo a aprovação da
426 Prestação de Contas em tela pelo CODEFAT, considerando a documentação apresentada pelo Gestor
427 do Fundo e as manifestações favoráveis da auditoria interna e independente, quanto à posição
428 financeira e patrimonial do Funproger. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O
429 Conselheiro da NCST solicitou mais esclarecimentos sobre os períodos 2013 e 2014 no tocante ao
430 envio de relatório. O Assessor da CGFAT explicou que pertinente aos exercícios 2013 e 2014 foi
431 encaminhado somente os Relatórios de Gestão do Funproger, elaborado pelo Banco do Brasil, e que
432 referente ao exercício 2015 o Fundo deveria prestar contas ao TCU até 30 de junho do corrente. O
433 Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, declarou aprovada a
434 Prestação de Contas do Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER, exercício
435 2015, registrando as assinaturas dos Conselheiros na Resolução que aprovava a mencionada Prestação
436 de Contas. Em seguida, declarou intervalo de 45 minutos para o almoço. Retornando do almoço, o
437 Presidente registrou que apesar de não haver *quórum* para deliberação, propunha que se iniciasse a
438 apresentação do próximo item, não tendo sido registrada manifestação contrária. Na sequência, passou
439 ao **ITEM 5 – Proposta de Resolução que aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo**
440 **ao Trabalhador – FAT para o exercício de 2017**. O Coordenador-Geral da CGFAT, Sr. Quênio
441 Cerqueira de França, observou que a proposta em tela apresentava diferenças em relação à apresentada
442 ao GTFAT, em especial no tocante ao valor destinado a Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.
443 Inicialmente, fez uma breve apresentação do fluxo orçamentário do FAT, explicando que as unidades
444 do MTb, que tinham ações custeadas com recursos do Fundo, haviam registrado suas propostas no
445 Sistema de Acompanhamento Orçamentário - SISAO. Informou que com base nos dados lançados no
446 SISAO, a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC/SPOA/SE/MTb

447 consolidou a proposta orçamentária do FAT para o exercício de 2017, para apreciação do CODEFAT e
448 envio à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –
449 SOF/MP para subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA, que, por sua vez,
450 seria encaminhado, até 31 de agosto do corrente, ao Congresso Nacional para apreciação e aprovação
451 da Lei Orçamentária Anual – LOA. Observou que, após sanção presidencial, a SOF publicaria decreto
452 de Programação Orçamentária e Financeira, estabelecendo limites para empenho e liberando créditos
453 do orçamento aprovado. Informou a projeção de Despesas, para o exercício de 2017, no montante de
454 R\$75,41 bilhões, variação negativa de 1,39% em comparação à proposta de 2016, dividida em: a)
455 Despesas Obrigatórias: i) empréstimo ao BNDES: R\$16,11 bilhões; ii) benefícios do abono salarial e
456 seguro-desemprego: R\$57,44 bilhões; e, b) despesas discricionárias: R\$1,86 bilhão. Apresentou a
457 distribuição orçamentária por Programa, da seguinte forma: i) Financiamento de Programas de
458 Desenvolvimento Econômico – BNDES (0902): R\$16,11 bilhões; ii) Trabalho Decente e Economia
459 Solidária (2071): R\$58,96 bilhões; e, iii) Gestão e manutenção do MTb (2127): R\$340,6 milhões.
460 Prosseguiu, detalhando o Programa 2071, por Ação, valor orçamentário e quantidade de trabalhadores a
461 serem beneficiados, em 2017, conforme a seguir: a) Abono Salarial: R\$15,79 bilhões, 23.039 milhões
462 de trabalhadores; b) Seguro-Desemprego: R\$41,64 bilhões, 8.565 milhões de trabalhadores. Sobre esse
463 benefício, esclareceu que por um aspecto orçamentário o Seguro-Desemprego compreendia uma Ação
464 única, denominada 00H4, mas que o valor orçamentário proposto seria distribuído da seguinte maneira:
465 i) Seguro-Desemprego Formal: R\$36,73 bilhões, 7.233 milhões de trabalhadores; ii) Bolsa de
466 Qualificação Profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso: R\$318,69 milhões,
467 70.055 mil trabalhadores; iii) Seguro-Desemprego Pescador Artesanal: R\$3,12 bilhões, 801.871 mil
468 trabalhadores; iv) Seguro-Desemprego Trabalhador Doméstico: R\$1,14 bilhão, 403.712 mil
469 trabalhadores; v) Seguro-Desemprego ao trabalhador resgatado de condição análoga a de escravo:
470 R\$3,89 milhões, 1.375 mil trabalhadores; e, vi) Programa de Proteção ao Emprego: R\$327,28 milhões,
471 55.000 mil trabalhadores. Prosseguiu apresentando a distribuição orçamentária do Programa Trabalho
472 Decente e Economia Solidária, conforme a seguir: i) manutenção, modernização e ampliação da Rede
473 SINE: R\$821,92 milhões, sendo R\$130,52 milhões para investimento e R\$691,40 milhões para custeio;
474 ii) Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores: R\$339,38 milhões, divididos entre: Plano
475 Nacional de Qualificação (R\$180 milhões), concessão de auxílio financeiro – Pró-Jovem (R\$12
476 milhões), Formação técnico profissional metódica de jovens (R\$147 milhões), certificação profissional
477 – Rede CERTIFIC (R\$300 mil); iii) Classificação Brasileira de Ocupações – CBO: R\$10,85 milhões;
478 iv) cadastros públicos na área de trabalho e emprego (RAIS/CAGED): R\$66,4 milhões; v) Sistema de
479 Integração das Ações de Emprego, Trabalho e Renda (MTE Mais Emprego): R\$137, 8 milhões; vi)

480 Sistema de Informações sobre a Inspeção do Trabalho - SFIT: R\$8 milhões; vii) identificação da
481 população por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS: R\$24,5 milhões; viii) apoio
482 operacional ao pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial: R\$39 milhões; ix) fomento ao
483 desenvolvimento de instituições de microcrédito produtivo orientado: R\$5,3 milhões; x) gestão
484 participativa do FAT: R\$23,3 milhões; xi) controle, monitoramento e avaliação das aplicações dos
485 Depósitos Especiais do FAT: R\$18 milhões; xii) estudos, pesquisas e geração de informações sobre
486 trabalho, emprego e renda: R\$25 milhões. No tocante ao Programa 2127 – Gestão e Manutenção do
487 MTb, destacou que para a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, a proposta final era R\$20
488 milhões, número inferior ao apresentado na 133ª Reunião Ordinária do GTFAT, de 20.07.2016,
489 esclarecendo que após as discussões no GT foi solicitado à área de comunicação do Ministério que
490 revisasse o valor proposto, tendo a mesma justificado que a projeção inicial de R\$65 milhões havia
491 sido elaborada pela equipe de comunicação anterior, entendendo a nova equipe que o valor de R\$20
492 milhões seria suficiente para dar andamento às demandas da área. Em seguida, relacionou as outras
493 Ações que compunham o Programa 2127, com os respectivos valores, conforme a seguir: i)
494 administração da unidade: R\$143,4 milhões, dividido entre a Coordenação-Geral de Tecnologia e
495 Informação (R\$61,37 milhões), Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (R\$64,9 milhões),
496 Coordenação-Geral de Recursos do FAT (R\$200 mil), Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
497 (R\$3,2 milhões) e Gabinete do Ministro (R\$13,7 milhões); e, ii) funcionamento das unidades
498 descentralizadas: R\$177 milhões, sob a responsabilidade das Superintendências Regionais do Trabalho
499 e Emprego – STRE. Afirmou, ainda, que para o exercício de 2017 haveria necessidade de aporte de
500 recursos do Tesouro Nacional no montante de R\$17,2 bilhões, esclarecendo que a projeção de Receitas
501 levou em consideração a incidência de 30% da DRU sobre a arrecadação do PIS/PASEP. Registrou que
502 foi questionado no GTFAT sobre qual seria o impacto da DRU caso viesse a incidir no exercício de
503 2016. Sobre o assunto, explicou que na situação hipotética a expectativa era dedução de R\$16,7 bilhões
504 e necessidade de aporte de recursos do Tesouro Nacional de R\$14 bilhões, caso a DRU incidisse em
505 todo o exercício. Contudo, enfatizou que a proposta de retorno da DRU estava em fase de discussão no
506 Congresso Nacional. Por fim, informou a projeção patrimonial do FAT, para 2017, no valor de R\$304
507 bilhões. Agradeceu aos ouvintes, colocando-se à disposição para mais esclarecimentos. O Presidente do
508 CODEFAT abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da NCST questionou se o valor
509 orçamentário proposto para o pagamento do benefício do Abono Salarial contemplava a manutenção do
510 calendário em que parte do benefício seria pago em 2017 e o restante em 2018. O Coordenador-Geral
511 da CGFAT afirmou que o calendário considerava a sistemática vigente de pagamento em dois
512 exercícios. O Conselheiro da NCST propôs que o calendário de pagamento do Abono Salarial fosse

513 pago dentro do mesmo exercício, da mesma forma que ocorreu em anos anteriores, afirmando que foi
514 firmado, em reunião, o compromisso de analisar a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e
515 apresentar o impacto dessas receitas ao Conselho. Ponderou que a NCST não aprovaria a proposta
516 orçamentária da forma apresentada, no tocante ao Abono Salarial. O Conselheiro Titular Representante
517 do MF, Sr. William Baghdassarian, registrou que o País apresentou crescimento do PIB no período de
518 2004 a 2013, sendo que 2015 registrou queda do PIB, e 2016 estava com previsão de déficit de 3,3%,
519 segundo dados do relatório de mercado Focus, divulgados em 28 de junho do corrente. Ponderou que o
520 Governo não tinha intenção de se apropriar do benefício do trabalhador, e que a justificativa de
521 prorrogação do calendário era para evitar a retirada de outros direitos e benefícios da população, uma
522 vez que estava no limite o cumprimento da meta fiscal. Pertinente à proposta do Conselheiro da NCST,
523 afirmou que o Conselho não tinha noção do impacto financeiro que a proposta de antecipação de
524 pagamento do benefício do Abono Salarial, em 2017, traria, considerando que a discussão do pleito,
525 naquele momento, inviabilizaria a aprovação da proposta orçamentária por não haver uma discussão
526 técnica. Ainda sobre o assunto, declarou que a retomada do cronograma de pagamento do benefício do
527 Abono Salarial, em único exercício, estava associada à retomada do crescimento econômico do país.
528 Solicitou aos membros do Conselho que dessem mais um voto de confiança, mantendo, por enquanto,
529 o cronograma de pagamento do Abono Salarial em dois exercícios, e a proposta orçamentária conforme
530 apresentada. Além disso, propôs que no decorrer do ano o assunto em questão fosse discutido,
531 verificando, também, os impactos que a medida provocaria, a retomada do crescimento econômico, a
532 queda do desemprego, entre outros. O Conselheiro da CNS-Serviços chamou atenção para o valor
533 orçamentário proposto para o Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal, compartilhando que na
534 oportunidade de sua participação na 25ª Reunião Extraordinária do GTFAT, de 22.06.2016, solicitou
535 um estudo para verificar a possibilidade de que o pagamento do Seguro-Desemprego ao Pescador
536 Artesanal fosse realizado por outra fonte de recursos que não o FAT. Sugeriu que não fossem feitas
537 alterações à proposta orçamentária, mas que durante o exercício de 2017 fosse estudada a possibilidade
538 de alterar a sistemática atual. Advertiu que o número de beneficiários do Abono Salarial representava a
539 metade dos empregos do país, e que registrava crescimento exponencial nos últimos anos, devendo o
540 Conselho levar em conta essa informação. Observou, ainda, que em 2017 seria implementado pela
541 Caixa o eSocial, ressaltando que caberia uma revisão do custeio dos Registros Administrativos, em
542 especial RAIS/CAGED, acrescentando que com o eSocial essas ações provavelmente deixariam de ser
543 dispêndio do FAT. Sugeriu uma reavaliação do valor proposto para a área de informática, dado os
544 serviços prestados, tendo obtido apoio do Conselheiro do MTb, que acrescentou que essa demanda
545 daria mais legitimidade à auditoria interna que estava sendo realizada nos contratos do Ministério. O

546 Conselheiro da UGT lembrou que foi firmado compromisso com o Ministério, desde 2015, de buscar
547 alternativas, em 2016, para viabilizar o retorno do calendário de pagamento do Abono Salarial em
548 único exercício. Considerou que o ideal seria promover uma reunião extraordinária, para discutir a
549 proposta, contendo os dados técnicos, para melhor avaliação da matéria. Declarou que a Bancada dos
550 Trabalhadores manifestava-se pelo retorno do calendário anterior, ou seja, que o benefício fosse
551 liberado no mesmo exercício. Referiu-se à Qualificação Profissional para afirmar que o recurso
552 proposto era insuficiente para realizar a política de qualificação profissional dos trabalhadores,
553 destacando a necessidade de ampliar recursos para a ação. Questionou, ainda, se o valor proposto para
554 o funcionamento das unidades descentralizadas viria da conta emprego e salário, tendo o Coordenador-
555 Geral da CGFAT respondido afirmativamente. O Coordenador-Geral da CGFAT informou que foi
556 encaminhado, no dia anterior à reunião, mensagem eletrônica aos Conselheiros, contendo
557 esclarecimento sobre o valor proposto para a ação Qualificação Profissional. O Conselheiro da CUT
558 lembrou que o processo de alteração do calendário de pagamento do Abono Salarial não foi fácil, tendo
559 obtido posição contrária da Bancada dos Trabalhadores e parte da Bancada dos Empregadores.
560 Registrou que foi feito um alerta, por diversas vezes, sobre a necessidade de rediscutir o tema, a fim de
561 evitar um novo impasse. Rebateu as argumentações expostas pelo Conselheiro do MF, ponderando que
562 se presenciava, nos últimos meses, uma retomada, inclusive de despesas da União, a exemplo da
563 proposta de aumento salarial para as camadas mais altas do setor público e o acordo de renegociação do
564 qual os Estados deixariam de pagar R\$50 bilhões à União. Reiterou que as justificativas para não pagar
565 a classe trabalhadora mais pobre não guardava coerência com os argumentos do Conselheiro do MF.
566 Afirmou que era necessário buscar uma alternativa, de forma a superar o impasse quanto à aprovação
567 da proposta orçamentária em tela, ressaltando que era possível fazer uma projeção baseada na prestação
568 de contas do exercício passado em que uma parte do pagamento do benefício do Abono Salarial foi
569 paga em 2015 e a outra em 2016. O Conselheiro do MF rebateu que o país continuava passando por
570 uma crise, apresentando baixo crescimento, alta do desemprego, e que era necessário retomar o
571 crescimento e reverter o desemprego. Considerou razoável que essa discussão do calendário de
572 pagamento do Abono Salarial fosse discutida ao longo de 2016 e 2017, incorporando também a
573 proposta do Conselheiro da CNS-Serviços de discutir a questão do pescador artesanal, podendo ser
574 criada uma agenda positiva a ser debatida no Conselho, tendo obtido apoio do Presidente do
575 CODEFAT. O Conselheiro da NCST solicitou a projeção da Ata da 133ª Reunião Ordinária do
576 CODEFAT, realizada em 10 de novembro de 2015, para que os Conselheiros visualisassem o trecho
577 em que o Ex-Ministro do Trabalho, Sr. Miguel Rossetto, assumiu o compromisso de que, após a
578 publicação da RAIS de 2016, o calendário do Abono passaria por adequações. Afirmou que o voto de

579 confiança foi dado em 2015, e que a Bancada dos Trabalhadores não estava de acordo em aprovar a
580 proposta orçamentária que passava parcelas de pagamento do Abono Salarial para 2018. O Conselheiro
581 do MF arrazoou que a situação econômica do país, de 2015 até o momento, piorou, as receitas caíram,
582 tendo, inclusive, as receitas previdenciárias registrado queda de 10%. Esclareceu que havia interesse de
583 que o calendário do Abono voltasse a ser pago em exercício único, todavia não havia receita para tanto.
584 O Conselheiro da Força Sindical enfatizou que a situação se arrastava desde 2015, sendo que a
585 Bancada dos Trabalhadores não se furtou em realizar esse debate referente ao Abono Salarial e o
586 retorno histórico do calendário de pagamento desse benefício. Cogitou a hipótese de que se a proposta
587 de aprovação do Abono, referente ao exercício 2016/2017, fosse aprovada para ser paga em único
588 exercício, alteraria o orçamento de 2016, criando assim uma despesa que não estaria no orçamento do
589 FAT de 2016. Afirmou que a preocupação da Bancada dos Trabalhadores em protelar a discussão era
590 que caso fosse aprovada a proposta orçamentária para 2017, na forma proposta, esse debate sobre o
591 calendário só iria ocorrer em 2018. Ponderou que naquele momento deveria ser estabelecida uma
592 proposta para a questão do Abono, de forma a não ficar o debate para ser discutido na vigência de outro
593 governo, uma vez que em 2018 haveria eleições. Referiu-se ao Sistema Público de Emprego para dizer
594 que era necessário promover um debate mais pormenorizado sobre o tema. O Conselheiro Suplente
595 Representante do BNDES, Luiz Carlos Galvão de Melo, retomou a fala do Conselheiro da Força
596 Sindical, para concordar com a parte em que afirma que se fosse aprovado o Abono, referente ao
597 exercício 2016/2017, na forma proposta, o assunto só voltaria a discussão em 2018, porém afirmou
598 que, em seu entendimento, os Conselheiros não deveriam aprovar o aumento de despesas do FAT,
599 consoante a proposta orçamentária do FAT para 2017, devendo, então aprovar a proposta na forma
600 apresentada. Ponderou que se a situação fosse favorável era possível, no próximo exercício, solicitar
601 crédito suplementar para o Abono Salarial, de forma a pagar todo o benefício do Abono Salarial
602 2016/2017 no 2º semestre de 2017. O Conselheiro da CNS-Serviços registrou que votou contra a
603 mudança do calendário, ressaltando que sempre declarou que a discussão desse assunto deveria estar
604 vinculada à revisão do Abono Salarial. Enfatizou que considerava necessário debater a revisão dos
605 critérios de habilitação ao Abono Salarial, observando que na última reunião que discutiu a aprovação
606 do calendário do Abono Salarial o então Ministro do Trabalho, Sr. Miguel Rossetto, firmou
607 compromisso de realizar estudos acerca do assunto, o que se encontrava pendente até o momento.
608 Concluiu que o orçamento deveria ser aprovado da forma apresentada e que houvesse
609 comprometimento do Ministério em criar um estudo abrangente do Abono Salarial, e que o Conselho
610 realizasse uma revisão do processo como um todo. O Conselheiro do MTb ponderou sobre a
611 possibilidade de criação de um grupo de trabalho, com a participação de até 2 representantes de cada

612 Bancada, para discutir o assunto em tela, com a respectiva elaboração de um cronograma de estudo,
613 ressaltando que os dados da RAIS estariam disponíveis a partir de agosto do corrente. O Conselheiro
614 do MPS registrou que anualmente os Conselhos instituídos tinham de apreciar a Proposta de Lei
615 Orçamentária Anual – PLOA. Sobre o assunto, considerou que à luz das questões de natureza
616 orçamentária expostas pela Secretaria do Tesouro Nacional, para que as contas do Conselho
617 continuassem sendo aprovadas pelo TCU como regulares e com quitação plena aos responsáveis, se
618 fazia necessário permanecer coerente a indicação das fontes de custeio para sustentar as despesas
619 obrigatórias do FAT. Ponderou que se fosse tomada uma decisão justa, mas com ausência de indicação
620 da fonte do custeio, os Conselheiros estariam seriamente implicados a serem responsabilizados por esse
621 aspecto de definição da PLOA. Convidou os Conselheiros da Bancada dos Trabalhadores à reflexão
622 sobre o desafio que o cenário atual levava a enfrentar, considerando que o objetivo da Bancada era
623 coerente, mas que, nesse momento, não era favorável. Solicitou que a peça orçamentária fosse
624 aprovada, com o fim de evitar prejuízos à execução dos demais programas. O Presidente do CODEFAT
625 observou que o Grupo de Trabalho poderia ser formado por membros de cada Bancada, apresentando-
626 se ao CODEFAT o resultado das atividades. Solicitou à CGFAT que encaminhasse aos Conselheiros a
627 versão atualizada da apresentação, uma vez que não houve tempo hábil para incluir a versão
628 apresentada no material entregue na reunião. Questionou se havia mais alguma manifestação, em não
629 havendo, passou a deliberação da proposta em tela, tendo registrado os votos individualmente, na
630 forma a seguir: i) Conselheiro da UGT: voto contra, por falta de apresentação de dados técnicos; ii)
631 Conselheiro da CSB e da NCST: votos contra; iii) Conselheiro da Força Sindical e da CUT: votos a
632 favor da peça orçamentária, mas contra o quesito Abono Salarial; iv) Conselheiro do BNDES, do MTb,
633 do MF, do MPS e da CNT: votos a favor; v) Conselheiro da CNS-Serviços: voto a favor, com a
634 observação da criação de grupo de trabalho. Declarou aprovada a Proposta de Resolução que aprova a
635 Proposta Orçamentária do FAT para o exercício de 2017. Em seguida, sugeriu que o **Item 6 –**
636 **Proposta de Resolução que disciplina o pagamento do Abono Salarial referente ao exercício de**
637 **2016/2017**, fosse encaminhado à votação, uma vez que o tema havia sido debatido no item anterior,
638 não tendo registrado manifestação contrária. Indagou, ainda, se havia alguma manifestação, em não
639 havendo, declarou o item aprovado com registro dos votos contrários da Bancada dos Trabalhadores.
640 Após a votação, o Conselheiro da UGT e da CNT declararam que se ausentariam da reunião, deixando
641 consignado votos favoráveis quantos aos Itens 7 e 8 da pauta. **ITEM 7 - Proposta de Resolução que**
642 **institucionaliza diretrizes básicas para a padronização da Rede de Atendimento do SINE.** A
643 Técnica do SINE, Sra. Tatiana Neves da Silveira Pinto, inicialmente destacou que a Rede SINE
644 operava sem uma diretriz que definisse um modelo padrão para a operacionalização dos serviços e

645 estrutura dos postos de atendimento, bem como sua identidade visual. Acrescentou que a necessidade
646 dessa padronização havia sido apontada pelo Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho – FONSET e
647 pelo Fórum Nacional de Secretarias Municipais do Trabalho – FONSEMT. Observou que vários
648 serviços públicos já contavam com projeto de padronização muito bem estruturado, como as agências
649 do CRAS/CREAS, as unidades do SUS, os Correios e o INSS. Dessa forma, esclareceu que o objetivo
650 do MTb seria seguir os mesmos moldes para a Rede SINE. Nesse sentido, informou que foi realizado
651 um Termo de Cooperação Técnica entre o MTb e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
652 visando a padronização dos serviços e da identidade visual dos Postos de atendimento da Rede SINE.
653 Esclareceu que o papel do BID era fazer a contratação de consultores especializados no tema, bem
654 como disponibilizar técnicos-especialistas da própria instituição para auxiliar a equipe técnica e
655 consultores do Ministério durante a realização dos trabalhos. Quanto ao MTb, esclareceu que cabia
656 coordenar a execução do projeto junto ao BID, consultores e rede de atendimento, além da análise e
657 aprovação de produtos. Na sequência, passou a citar as etapas do projeto, conforme a seguir: i)
658 prospecção das melhores práticas na Rede; ii) padronização dos serviços disponibilizados nos postos da
659 Rede; iii) definição das unidades de pequeno, médio e grande porte; iv) criação de vídeos para exibição
660 na Rede SINE, focados: na orientação para o mercado de trabalho, dicas de comportamento para a
661 entrevista de emprego, na importância da capacitação e do trabalho formal e empreendedorismo; v)
662 criação de identidade visual do SINE; vi) melhoria do desempenho; vii) estudo sobre a redistribuição
663 espacial das unidades de atendimento e; viii) Benchmarking entre países, estados e municípios
664 (comparação de desempenhos). Em seguida, passou a discorrer a respeito dos serviços a serem
665 padronizados, esclarecendo que esses seriam temas de cartilhas/manuais específicos, citando-os,
666 conforme a seguir: i) intermediação de mão de obra; ii) habilitação ao seguro desemprego; iii)
667 qualificação profissional; iv) orientação profissional; v) Carteira de Trabalho – CTPS; vi) serviços para
668 autônomos; vii) feiras de emprego; viii) atendimento especializado para grupos vulneráveis; e, ix)
669 atendimento especializado para jovens. Ressaltou compreender que a adequação da Rede SINE a
670 diretrizes mais complexas exigiria tempo. Por esse motivo, esclareceu que no momento propunham ao
671 CODEFAT que aprovasse apenas as diretrizes básicas de padronização para que progressivamente os
672 Postos comesçassem a adequar-se ao projeto. Acrescentou que, junto ao estabelecimento de diretrizes
673 básicas para a padronização da Rede de Atendimento do SINE, propunham também a aprovação, em
674 resolução, dos seguintes produtos: i) Manual de Gestão do SINE; ii) Cartilha para Atendimento de
675 Intermediação de Mão de Obra, Seguro-Desemprego e Qualificação Profissional; iii) Cartilha para
676 Orientação Profissional nos Postos de Atendimento do SINE; iv) Manual de Programação arquitetônica
677 dos Postos de Atendimento do SINE (estrutura e layout dos postos); v) Manual de uso da logomarca do

678 SINE; e, vi) vídeos sobre o mundo do trabalho. Complementou que a Cartilha dos demais serviços a
679 serem padronizados, assim como a proposta de redistribuição espacial e o Benchmarking de
680 desempenho entre países, estados e municípios ainda estavam em processo de elaboração. Destacou
681 que constava na proposta em tela a informação de que todos esses produtos ou documentos poderiam
682 ser consultados nos Portais: FAT e do Ministério do Trabalho. Asseverou que o artigo 2º da minuta de
683 resolução, esclarecia que o Manual de Gestão e a Cartilha para Atendimento do SINE tinham como
684 objetivo normatizar os processos de gestão da política pública de trabalho, emprego e renda, no âmbito
685 do SINE, e definiam fluxogramas dos processos de atendimento da Rede SINE. Apontou que, no artigo
686 3º, propunham que os serviços oferecidos aos cidadãos por meio dos Postos de Atendimento do SINE
687 de pequeno porte atendessem, no prazo máximo de 30 dias, as exigências mínimas estabelecidas no
688 Manual de Gestão do SINE, a contar da data de publicação da resolução. Lembrou que essa questão
689 havia sido debatida de forma intensa no GTFAT, uma vez que o prazo de 30 dias foi considerado curto
690 para realização de todas as adequações. No entanto, afirmou que havia sido esclarecido, inclusive em
691 resolução, que o prazo de 30 dias referia-se à adequação somente dos serviços básicos de atendimento
692 oferecidos aos cidadãos. Acrescentou, ainda, que visando à padronização da Rede, os convenientes
693 eram orientados há algum tempo a adequarem o atendimento dos Postos de Atendimento SINE, de
694 modo a realizar o três serviços básicos da Rede: intermediação de mão de obra, encaminhamento para
695 qualificação e seguro-desemprego. Observou que para abertura de novos postos também se exigia: i) a
696 instalação de posto, no mínimo, de pequeno porte; ii) a padronização dos serviços; e, iii) a
697 infraestrutura física, conforme disposto nos manuais e cartilhas de que tratava a resolução. Esclareceu
698 que, no artigo 4º, propunham a exibição de vídeos institucionais com orientações aos cidadãos a
699 respeito do mundo do trabalho nas salas de espera de todos os postos SINE. Acrescentou que,
700 atualmente, todos os Postos de atendimento já possuíam os televisores disponíveis para essa finalidade.
701 Quanto aos artigos 5º e 6º, propunham que a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
702 ficasse autorizada a estabelecer os demais prazos para adequação da Rede de Atendimento atual e
703 demais orientações operacionais para o cumprimento dos dispositivos da resolução, levando em
704 consideração a capacidade instalada e as possibilidades de aporte de novos recursos, tanto do
705 Ministério do Trabalho quanto do ente participante da Rede SINE e que os manuais e cartilhas
706 poderiam ser revisados por meio de portaria da SPPE, sempre que necessário, para o aprimoramento da
707 execução dos serviços. Por fim, no artigo 7º, esclareceu que a proposta era que a marca do FAT fosse
708 utilizada, seguindo os mesmos padrões que as demais, em todos e produtos e materiais que
709 demandassem a logomarca e fossem adquiridos com recursos do FAT. Na sequência, apresentou *prints*
710 dos modelos de Manual de Gestão e da Cartilha de atendimento, bem como a nova logomarca do SINE.

711 Concluiu, esclarecendo que a marca do Ministério do Trabalho seria atualizada. O Presidente do
712 CODEFAT parabenizou a apresentação, solicitando que os manuais, cartilhas e vídeos ficassem
713 disponíveis para acesso do público interessado, tendo a Técnica do CSINE lembrado que a pretensão
714 era incluir o material na íntegra, tanto no Portal do MTb quanto no Portal do FAT. O Presidente
715 registrou que o Representante do BID, Sr. Rodrigo E. Q. Cordeiro, não pode comparecer à reunião,
716 destacando que o BID colaborou com U\$400 mil para realização do projeto. Em seguida o Presidente
717 abriu as inscrições para manifestação. Os Conselheiros do MF e do MTb parabenizaram a equipe do
718 SINE e do BID pelo excelente trabalho desenvolvido. Em seguida, o Presidente indagou se havia mais
719 alguma manifestação, em não havendo, declarou aprovado o item em referência. Na sequência, passou
720 ao **ITEM 8 – Proposta de Resolução que altera o Regimento Interno do CODEFAT.** A Titular da
721 Coordenação-Geral de Gestão Operacional do CODEFAT – CGCON, Sra. Suely Barrozo Lopes,
722 esclareceu que a proposta em tela visava adequar o Regimento Interno do CODEFAT ao Decreto nº
723 6.827, de 22 de abril de 2009 e suas alterações, como por exemplo, a recente substituição da CGTB
724 pela CSB. Além disso, acrescentou que a proposta objetivava também realizar ajustes de natureza
725 operacional e resgatar as alterações propostas pelo GTFAT, em sua 101ª Reunião Ordinária, realizada
726 em de 22 de julho de 2009. Registrou, ainda, que as alterações apresentadas também visavam atender à
727 nova diretriz de trabalho, segundo a qual as propostas de resolução dos conselhos deveriam ser
728 analisadas previamente pela Consultoria Jurídica – CONJUR/MTb, além de contar com a participação
729 de Representantes da CONJUR nas reuniões do Conselho, garantindo assim maior segurança jurídica
730 aos atos. Acrescentou, ainda, que a proposta em tela objetivava: i) ressaltar a exigência de registrar em
731 ata as decisões de natureza administrativa; ii) normatizar as reuniões e decisões do GTFAT, em
732 especial, no que se referia ao prazo para recebimento de material; e, iii) registrar a participação dos
733 presidentes do FONSET e do FONSEMT nas reuniões do CODEFAT. Prosseguindo, esclareceu ao
734 CODEFAT que a proposta apresentada ao Grupo Técnico era mais ampla, no entanto destacou que o
735 GTFAT optou por encaminhar ao Conselho a minuta de resolução contendo somente os itens sobre os
736 quais se tinha acordo, além de propor a realização de nova reunião do Grupo Técnico, para discussão
737 dos seguintes tópicos: i) adequações das competências do CODEFAT àquelas estabelecidas na Lei nº
738 7.998/1990; ii) pedido de vista de matéria constante de pauta; e, iii) tomada de decisão do GTFAT por
739 meio de votos. Com relação às adequações no Regimento Interno aprovadas pelo GTFAT, quanto à
740 composição, passou a citá-las, conforme a seguir: i) promover a substituição da CGTB pela CSB, de
741 acordo com o Decreto nº 6.827/2009, e atualizar a Representação dos Empregadores; ii) deixar
742 expresso que havendo vacância do cargo de presidente, seria eleito novo presidente, dentre os
743 representantes da mesma bancada, para complementar o mandato anteriormente em curso; e, iii) nos

744 termos do Decreto nº 6.827/2009, incluir a informação de que o exercício da Secretaria Executiva do
745 CODEFAT seria cumprido por um representante escolhido pela SPPE/MTb. Em seguida, passou a
746 expor a respeito das propostas de alterações referentes às reuniões/deliberações do CODEFAT,
747 conforme a seguir: i) as reuniões ordinárias seriam marcadas com antecedência mínima de 15 (quinze)
748 dias e as reuniões extraordinárias com antecedência máxima de 15 (quinze) dias; ii) os atos normativos
749 propostos ao CODEFAT deveriam ter sua conformidade jurídica analisada pela CONJUR/MTb,
750 previamente às deliberações do Colegiado; iii) registrar a participação na reunião dos Presidentes do
751 FONSET e FONSEMT, e de representante da CONJUR; e, iv) destacar que os votos para apresentação
752 de proposta para deliberação deveriam observar os prazos constantes do cronograma anual de reuniões.
753 Acerca das adequações a respeito das reuniões/deliberações do GTFAT, expôs as seguintes propostas:
754 i) as reuniões ordinárias seriam marcadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e as
755 extraordinárias com antecedência máxima de 15 (quinze) dias; ii) incluir a previsão de que os materiais
756 da reunião ordinária seriam encaminhados com antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis; e, iii) o
757 estabelecimento de quórum mínimo de 10 membros para instalar as reuniões. Por fim, explicou que
758 propunham também a alteração da denominação do GTFAT, passando de “Grupo de Apoio Técnico ao
759 CODEFAT” para “Grupo Técnico do FAT”. Na sequência, esclareceu aos membros do Conselho que
760 inicialmente havia sido encaminhada à CONJUR a minuta de resolução consolidando todo o anexo do
761 Regimento Interno. No entanto, a Consultoria Jurídica solicitou que se adequasse o texto às
762 nomenclaturas atuais dos órgãos, conforme Medida Provisória nº 726/2016. Contudo, não havendo
763 tempo hábil para realização dos ajustes e, em razão do Parecer da CONJUR ter concluído pela
764 inexistência de óbice jurídico, desde que efetivadas as alterações no sentido de adequar à MP nº
765 726/2016, e considerando a proposição do GTFAT de realização de nova reunião para aprofundar o
766 debate dos itens considerados polêmicos, entendeu-se que a melhor opção seria edição de resolução
767 alterando o Regimento Interno atual. Dessa forma, concluiu, registrando que a proposta em tela não
768 tratava das alterações introduzidas pela MP nº 726/2016, a qual transformou e extinguiu Pastas da
769 Administração Pública Federal, ficando a edição de um novo regimento para período após análise
770 completa do GTFAT. O Presidente do CODEFAT parabenizou o trabalho desenvolvido pela equipe do
771 MTb, em especial a Coordenadora-Geral da CGCON por revisar o Regimento Interno do Conselho. Em
772 seguida, indagou se havia alguma manifestação, em não havendo, declarou aprovado o item em
773 referência. Dando continuidade, o Presidente passou ao **tópico IV – APRESENTAÇÃO: ITEM 9 –**
774 **Tema: Aplicação das disponibilidades financeiras do FAT no Fundo de Investimento Financeiro**
775 **Curto Prazo, BB-EXTRAMERCADO, pelo Banco do Brasil/BB-DTVM**. O Representante da BB-
776 DTVM, Sr. Marcelo Gusmão Arnosti, passou a discorrer sobre o cenário macroeconômico, afirmando

777 que o BB tinha uma visão cautelosa em relação ao ambiente internacional. Informou que havia países, a
778 exemplo do Canadá, Austrália e China, com setores alavancados (excesso de dívidas) e, por outro lado,
779 países nos quais o endividamento caiu significativamente, citando, como exemplo: EUA e Inglaterra.
780 Destacou que a saída do Reino Unido da União Européia (Brexit) causou um choque negativo na
781 economia global, que já vinha em uma trajetória de risco. Além disso, apontou que o Brexit elevou as
782 incertezas econômicas, trazendo recessão à Inglaterra e estagnação à Zona do Euro. Por outro lado,
783 afirmou que uma análise dos Estados Unidos era mais favorável, sendo a economia americana mais
784 resistente, uma vez que estava mais próxima da normalidade, registrando crescimento de 1% no
785 primeiro trimestre e 3% no segundo trimestre. Contudo, asseverou que o Brexit impactou na força
786 econômica americana, devendo apresentar crescimento de 2% ao ano, sendo que antes desse evento a
787 expectativa era crescimento de 2,5%. Ressaltou que o grande problema no ambiente internacional seria
788 a China, que registrava desaceleração e Índice de Surpresa Macro em queda. Informou que a
789 estagnação na Europa seria ruim para a China, uma vez que o continente respondia por 16% das
790 exportações do País e, além disso, a valorização do dólar colocaria pressão sobre a moeda chinesa,
791 prejudicando ainda mais sua atividade econômica. No tocante ao Brasil, esclareceu que o PIB registrou
792 queda de 0,3%, e que a recessão persistiu no 1º trimestre, tendo sido menos intensa do que as
793 expectativas. Justificou que o setor externo contribuiu para a queda da recessão e que as mudanças
794 políticas nos meses de março e abril fizeram com que o preço dos ativos se recuperasse. Todavia,
795 declarou que houve excepcional ganho aos ativos domésticos, destacando que o Prêmio de Risco Brasil
796 caiu 200 pontos em dois meses, e que houve registro positivo da Ibovespa. Explicou que para a
797 atualização do cenário, o BB reconheceu a melhora dos ativos domésticos e levou em consideração
798 dois eventos: i) o Prêmio de Risco Brasil cederia 300 pontos, no curto prazo; e, ii) dada a mudança na
799 conjuntura política a expectativa era de que algum choque de confiança se estabeleceria na economia
800 brasileira, informando que o Índice de Confiança da Indústria apresentava uma recuperação importante.
801 Destacou que os eventos acima levariam a uma recuperação do PIB acima do consenso, devendo
802 apresentar taxa de crescimento no próximo semestre. No entanto, esclareceu que a recessão persistiria
803 no 2º trimestre, com queda do PIB, mas se estabilizaria na virada do semestre e, para o fim do ano,
804 apresentaria crescimento. Destacou que a recuperação da economia se iniciaria pelo investimento, uma
805 vez que considerava que a formação bruta de capital e o gasto das empresas/companhias estabilizariam
806 mais rápido do que o consumo, dado que a confiança do consumidor demorava a responder ao cenário.
807 Acrescentou que a indústria, provavelmente, voltaria ao patamar positivo em termos de taxa de
808 expansão, já no segundo semestre de 2016, diferentemente do setor de serviços, que ainda refletia
809 demanda insuficiente. Além disso, explicou que a elevada taxa de desemprego no País contribuiria para

810 redução significativa na Inflação dos Serviços. Afirmou, ainda, que embora a inflação caísse, fatores
811 negativos, a exemplo da inércia, limitariam uma queda mais rápida, ocorrendo assim de forma gradual.
812 Acrescentou que, se as previsões estivessem corretas, a queda da taxa Selic iniciar-se-ia somente ao
813 final do ano. Explicou, ainda, que mesmo projetando cenário favorável, com PIB em recuperação,
814 havia questões desafiadoras, como o déficit fiscal, que com o aumento da dívida pública persistiria
815 pelos próximos dois anos. Por fim, apresentou quadro com as projeções BB-DTVM para o período
816 2017, esclarecendo que havia consenso entre os economistas de que o PIB cresceria perto de 1%. Em
817 seguida, o Presidente agradeceu e passou a palavra ao outro Representante da BB-DTVM, Sr. Nilo
818 Jorge Iudes Torres, para que continuasse a apresentação. O Representante da BB-DTVM inicialmente
819 esclareceu que apresentaria a respeito do Fundo de Investimento Exclusivo, BB Extramercado FAT.
820 Informou que esse era um Fundo de renda fixa que se iniciou em dezembro de 1997. Observou que até
821 2011 o Fundo era regulado pela Resolução CMN nº 2.423, de 23.09.1997, onde o Benchmark era
822 atrelado ao CDI, ou seja, no Fundo pós-fixado. No entanto, após a Resolução CMN nº 4.034/2011 a
823 política do Fundo de investimento passou a ser referenciada a um dos subíndices Anbima (IMA-B,
824 IRF-M), com exceção daquele que tivesse títulos atrelados à taxa de juros em sua composição. Dessa
825 forma, excluíram-se os índices pós-fixados, ou seja, não seria mais possível ter qualquer ativo do
826 Tesouro pós-fixado. Então, destacou a necessidade de adequação da carteira do Fundo à nova
827 Resolução (4.0434/2011), evento que ocorreu em 16.02.2012. Sendo assim, passou a expor
828 comparativo da carteira, explicando que antes da Resolução nº 4.034/2011, a carteira era composta da
829 seguinte forma: i) 76,3% por Letras Financeiras do Tesouro – LFT (ativos pós-fixados); e, ii) 23,7%
830 por Operações Compromissadas – OPCOM, que davam liquidez diária ao Fundo. Explicou que após a
831 Resolução, em 2012, a composição da carteira passou por alterações, passando a ser composta por: i)
832 68,7% em NTN-B; ii) 23,6% em OPCOM; iii) 6,1% em LTN (ativo pré-fixado); e, iv) 1,4% em NTN-F
833 (ativo pré-fixado). No entanto, destacou que tais mudanças foram possíveis porque o cenário
834 econômico da época permitia, porém, devido à crescente volatilidade do mercado dos últimos anos, foi
835 necessário novo ajuste. Ressaltou que foram reduzidos os ativos atrelados à inflação que apresentavam
836 maior volatilidade ou um risco maior em relação a outros ativos. Esclareceu que, atualmente, cerca de
837 50% da carteira tinha vencimentos em até um ano, 30% com vencimentos entre um e vinte anos e 20%
838 com vencimento superior a vinte anos. Em seguida, apresentou uma tabela elaborada em conjunto com
839 a CGFAT, a qual demonstrava a rentabilidade do Fundo: i) desde as alterações em 2012; ii) dos últimos
840 dois anos; e, iii) dos últimos dozes anos. Complementou que a tabela evidenciava que a rentabilidade
841 do Fundo, de 2012 até o corrente ano, havia ficado superior ao CDI, a taxa Selic, ao IPCA, IMA-B e
842 IRF-M 1. Acrescentou que os ativos mais longos, embora rentáveis, apresentavam maior volatilidade e

843 a expectativa era reduzir isso de forma cautelosa. Por fim, apresentou as rentabilidades acumuladas nos
844 últimos anos, destacando que, em 2012, em razão da acentuada queda na curva de juros o Fundo
845 encerrou o ano com saldo positivo, diferentemente do exercício de 2013, que devido à expressiva alta
846 das taxas de juros fechou o ano com rentabilidade negativa. Já para 2014 e 2015 trouxe atenção para
847 grande volatilidade das curvas de juros que acarretava instabilidade para o Fundo, porém sem grandes
848 alterações. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. Acerca do cenário econômico
849 internacional, o Conselheiro da CNS-Serviços arrazoou que, de acordo com economistas
850 internacionais, tinha a probabilidade de a Inglaterra nem sair da União Européia e, mesmo que saísse,
851 destacou que não seria motivo de preocupação para a Europa, pois acreditava que isso poderia
852 fortalecer o cenário europeu. O Representante da BB-DTVM, Sr. Marcelo Gusmão Arnosti, explicou
853 que ao montar o cenário econômico internacional se optou por admitir a hipótese da saída da Inglaterra
854 da União Européia, pois dificilmente tal situação seria revertida, uma vez que a maioria dos ingleses
855 em plebiscito decidiu pela sua saída. Acrescentou que isso a longo prazo poderia mostrar-se ser o
856 melhor para Europa, no entanto, no momento, a curto prazo, o cenário de incertezas não combinava
857 com investimento. Sendo assim, destacou que nos próximos seis a nove meses assistiríamos a uma
858 desaceleração na taxa de crescimento econômico da Europa, ou seja, haveria significativo
859 enfraquecimento na região. O Conselheiro da CNS-Serviços observou que a projeção apresentada sobre
860 o crescimento da indústria referia-se somente às indústrias de exportação, uma vez que para as demais
861 apresentarem esse crescimento necessitava do consequente aumento do consumo interno. O
862 Representante da BB-DTVM asseverou que cerca de 60% do setor industrial já estava com seus
863 estoques ajustados, em sua grande maioria as dos setores intermediários. Destacou que isso era algo
864 positivo para atividade econômica do País, diferente do setor de serviços que demoraria um pouco mais
865 para se estabilizar, visto que dependia fundamentalmente do consumo das famílias. O Presidente do
866 CODEFAT agradeceu e parabenizou os Representantes da BB-DTVM pela apresentação. Em seguida
867 passou ao **ITEM 10 – Tema: Intermediação de Mão de Obra – IMO e a Rede SINE, pela**
868 **Coordenação do SINE/DES/SPPE/MTb.** A Coordenadora do SINE, Sra. Ivana Lúcia Z. P. Souza,
869 informou que apresentaria informações sobre a intermediação de mão de obra no SINE, conforme
870 solicitado pelos Conselheiros em reuniões anteriores. Desse modo, passou a expor quadro com a
871 evolução dos indicadores da intermediação de mão de obra – IMO, entre 2000 e 2015. Observou que
872 nos últimos 15 (quinze) anos houve significativo aumento no número de trabalhadores inscritos para
873 IMO, totalizando 84,8 milhões de trabalhadores inscritos ao longo desse período. Destacou, ainda, a
874 quantidade de pessoas inseridas no mercado de trabalho, tendo somado 13,5 milhões de trabalhadores
875 no mesmo período. Apresentou também gráfico com indicadores da IMO de 2013 a 2015, arrazoando

876 que devido à recessão enfrentada pelo País o número de vagas captadas junto a empregadores havia
877 diminuído, entre 2014 e 2015, assim como o número de encaminhamentos para entrevistas e
878 colocações no mercado de trabalho. Complementou, ainda, que comparando o resultado do ano de
879 2015 com o ano de 2014, observava-se queda de 24%, ou seja, 167,8 mil colocações a menos no
880 mercado de trabalho. Afirmou que uma das possíveis justificativas era a redução na quantidade de
881 postos de trabalho disponibilizados. Acrescentou que o aumento da taxa de desemprego no país, no
882 último ano, havia sido decorrente, entre outros fatores, à queda no número de admissões no Cadastro
883 Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. Desse modo, com a diminuição de admissões no
884 CAGED, existiria, conseqüentemente, menor número de encaminhamentos e colocações no mercado de
885 trabalho. Em seguida, apresentou indicadores da IMO por faixa etária e sexo, destacando que a faixa
886 etária de 18 a 24 anos era a que mais buscava o SINE e que o banco de dados de inscritos era composto
887 em sua grande maioria pelo gênero masculino. A Técnica do SINE, Sra. Tatiana Neves da Silveira
888 Pinto, complementou informando que a faixa etária de 15 a 17 anos era a que tinha a maior
889 representatividade feminina dos inscritos no SINE, sendo essa a faixa etária dos estagiários e jovens
890 aprendizes. A Coordenadora do SINE expôs também os dados acerca das colocações no mercado de
891 trabalho, tendo observado que o público masculino também apresentava maior número de colocações,
892 assim como os trabalhadores na faixa etária de 30 a 39 anos. Lembrou que no corrente ano o Ministério
893 Público solicitou ao SINE que não mais captasse vagas com direcionamento por faixas etárias ou sexo,
894 de modo a não privilegiar determinado público, dando oportunidades iguais aos trabalhadores. Sendo
895 assim, considerou que para o próximo ano esses dados teriam uma variação significativa. Com relação
896 aos encaminhamentos, esclareceu que para cada vaga captada o SINE encaminhava na média de dois a
897 três trabalhadores para a entrevista. Afirmou que uma análise utilizada pelo Ministério do Trabalho
898 para medir a representatividade das colocações do SINE no mercado de trabalho era a comparação
899 entre o número de colocações efetuadas pela Rede SINE com o número de admissões no CAGED
900 (excluídas as transferências). Asseverou que esse era o mesmo indicador utilizado como meta
901 estratégica a ser atingida pelo MTb no Plano Plurianual – PPA 2016-2019. Acrescentou que o objetivo
902 do MTb era aumentar de 3,36% para 5% a taxa de participação do Sistema Público de Emprego,
903 Trabalho e Renda nas admissões do mercado de trabalho formal, ou seja, esperava-se que até o fim do
904 PPA esse valor fosse alcançado. A Técnica do SINE complementou que, em razão da proposta do
905 Ministério, alterou-se a forma de repasse de metas aos convenentes. Explicou que a partir do
906 cruzamento de dados tentou-se escalonar para que até 2019 esses convenentes consigam fazer com que
907 todo o Ministério do Trabalho chegue pelo menos à casa dos 5% do total de admissões. Esclareceu que
908 quanto à Intermediação de Mão de Obra Privada, o MTb ainda não possuía tais informações, tampouco

909 ferramentas próprias para realizar o estudo, portanto não sendo possível apresentar o comparativo entre
910 a IMO SINE e a IMO Privada. No entanto, afirmou que estava previsto como um dos produtos do
911 convênio firmado com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos –
912 DIEESE a elaboração de um estudo específico a respeito do tema, tendo acrescentado que o produto
913 ainda estava em fase de definição do escopo. Dando continuidade, a Coordenadora do SINE esclareceu
914 que a Rede SINE era custeada com recursos do FAT e, de acordo com o instrumento de convênio
915 firmado entre os Estados, DF e Municípios com mais de 200 mil habitantes, a forma de custeios dos
916 Postos de atendimento seguiam a seguinte regra: i) convênios firmados com Estados – 90% MTb e
917 10% estados; e, ii) convênios firmados com Municípios – 95% MTb e 5% Municípios. Destacou que a
918 Rede SINE contava com 1.560 postos de atendimento distribuídos pelo País por meio de 72 convênios
919 e estava presente em 1.274 municípios, ou seja, 22,87% do total de municípios brasileiros. Observou,
920 ainda, que os vários tipos de postos de atendimento (ativos, inativos e descredenciados) em todo o País
921 (Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego – SRTE, SINE Estadual, SINE Municipal e
922 Caixa Econômica Federal) somavam 7.022 postos. Ressaltou que, atualmente, do total de Postos de
923 Atendimento SINE, incluindo SRTE e Postos conveniados com estados e municípios, tinha-se o total
924 de 1.099 Postos de Atendimento realizando habilitação ao Seguro-Desemprego e encaminhamentos
925 para Qualificação Profissional. Afirmou que do total de Postos conveniados do SINE (municipais e
926 estaduais), havia 235 Postos que não realizavam intermediação de mão de obra. Por fim, lembrou que,
927 de acordo com a base de gestão do seguro desemprego, a rede de atendimento SINE (SRTE, Caixa e
928 Convênios com estados e municípios) contava com aproximadamente 15.696 atendentes, estando a
929 maioria dos funcionários no Estado de São Paulo (4.709) e o menor contingente no Acre, contando com
930 apenas 46 funcionários. O Presidente parabenizou a apresentação e abriu as inscrições para
931 manifestação. O Conselheiro da Força Sindical parabenizou a apresentação e considerou os dados
932 interessantes. Contudo, sugeriu que fossem feitos comparativos de quantas pessoas cessaram o seguro
933 desemprego durante a intermediação de mão de obra, resgatar dados da qualificação profissional e
934 cruzar as informações para que pudessem avançar na questão da reforma ou das mudanças no SINE e
935 solicitarmos mais recursos. O Conselheiro do MTb solicitou à Secretaria Executiva que constasse o
936 pedido dos Conselheiros em documento para que se encaminhasse ao Ministério de Planejamento, de
937 forma a solicitar mais recursos. Ressaltou que a SPPE estava disposta a colaborar e apoiar a condução
938 dos trabalhos do Conselho. Por fim, parabenizou o Presidente pela condução da reunião e colocou-se à
939 disposição dos membros do CODEFAT. O Conselheiro da NCST solicitou que no Boletim de
940 Informações Financeiras do FAT, a ser entregue nas próximas reuniões, fossem segregadas as
941 informações com respeito à Distribuição da Arrecadação na Contribuição Sindical Urbana, incluindo

942 Trabalhadores e Empregadores, tendo o Presidente solicitado ao Coordenador-Geral da CGFAT que
943 providenciasse o atendimento da demanda. Na sequência, o Presidente passou ao **tópico VI –**
944 **OUTROS ASSUNTOS: ITEM 10 - Entrega dos seguintes documentos: 11.1 - Boletim de**
945 **Informações Financeiras do FAT – 1º Bimestre/2016; 11.2 - Periódico INFORME PROGER –**
946 **janeiro a fevereiro de 2016; 11.3 - Periódico INFORME PROGER – janeiro a abril de 2016; 11.4**
947 **- Informativo da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/MT sobre o cumprimento**
948 **do plano de ação proposto via Nota Técnica nº 508/2013-GAB/SPPE/MTE, quanto à situação das**
949 **prestações de contas de convênios com recursos do FAT (Plano de Providências relativo à**
950 **Auditoria da Avaliação de Gestão do FAT, exercício 2012, nº 201305838 - Constatação 1.1.1.7 –**
951 **Recomendação 1); 11.5 – Boletim da Secretaria Executiva do CODEFAT sobre o comportamento**
952 **do mercado de trabalho e o andamento das ações custeadas com recursos do FAT; (Plano de**
953 **Providências relativo à Auditoria da Avaliação de Gestão do FAT, exercício 2012, nº 201305838 -**
954 **Constatação 1.1.1.7 – Recomendação 2); e, 11.6 – Relatório de Execução da PDE – REL-PDE. O**
955 Presidente informou que os documentos em referência se encontravam na mídia digital distribuída a
956 cada Conselheiro no início dos trabalhos. **ENCERRAMENTO:** O Presidente agradeceu a presença de
957 todos. Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por encerrada a reunião. E, para
958 constar, eu, Hélio Francisco de Miranda, Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata
959 que, após aprovada, será assinada pelo Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por
960 mim.

VIRGÍLIO NELSON DA SILVA CARVALHO
Presidente do CODEFAT e
Conselheiro Titular Representante da CNTur

HÉLIO FRANCISCO DE MIRANDA
Secretário-Executivo do CODEFAT

LEONARDO JOSE ARANTES
Conselheiro Titular Representante do MTb

WILLIAM BAGHDASSARIAN
Conselheiro Titular Representante do MF

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA
Conselheiro Titular Representante do MPS

LUIZ CARLOS GALVÃO DE MELO
Conselheiro Suplente Representante do BNDES

Continuação da 136ª Reunião Ordinária do CODEFAT

QUINTINO MARQUES SEVERO
Conselheiro Titular Representante da CUT

SÉRGIO LUIZ LEITE
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular Representante da UGT

GERALDO RAMTHUN
Conselheiro Titular Representante da NCST

JOSÉ AVELINO PEREIRA
Conselheiro Titular Representante da CSB

LUIGI NESE
Conselheiro Titular Representante da CNS-Serviços

THIAGO LUIZ TICCHETTI
Conselheiro Suplente Representante da CNT;
